

Relações entre segurança alimentar e nutricional (SAN) e consumo de alimentos de pessoas assentadas da reforma agrária: uma revisão integrativa

Paula Neves Tannous Dib. Universidade de São Paulo.

Eline Prado Santos Feitosa. Universidade de São Paulo. Faculdade Amadeus.

Ana Paula Soares da Silva. Universidade de São Paulo.

Resumo

Os assentamentos da reforma agrária são conquistas importantes para a reestruturação fundiária e a construção de alternativas agroecológicas e contra-hegemônicas no Brasil, com potencial para promover a segurança alimentar e nutricional (SAN). Esta revisão integrativa da literatura produzida no Brasil busca investigar as relações entre SAN e o consumo alimentar em assentamentos rurais e levantar elementos sobre a contribuição da psicologia na temática. Os estudos analisados evidenciam que decisões sobre produção para venda e autoconsumo são limitadas por vulnerabilidades e dependência de empresas de insumos agrícolas e transgênicos. A insuficiência de políticas públicas efetivas compromete a SAN e as possibilidades de vida das pessoas assentadas. A agroecologia, quando articulada a políticas públicas consistentes, é apontada como fundamental para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional (IAN). Observa-se ainda uma lacuna de estudos em psicologia voltados à SAN nos assentamentos, indicando a necessidade de maior aproximação dessa área com os contextos rurais.

Palavras-chave: segurança alimentar; população rural; programas e políticas de alimentação e nutrição; direito humano à alimentação adequada; sistema alimentar sustentável.

Abstract

The relation between Food and Nutrition Security (FNS) and Food Consumption of Agrarian Reform Settlers: An Integrative Review. Agrarian reform settlements are essential spaces for land restructuring and for building agroecological and counter-hegemonic alternatives in Brazil, with the potential to promote food and nutrition security (FNS). This integrative review of national literature investigated the relationship between FNS and food consumption in rural settlements, as well as the elements of the contribution of psychology to this topic. The analyzed studies show that decisions regarding food production for sale and self-consumption are limited by vulnerabilities and dependency on agricultural inputs and transgenic seed companies. The lack of effective public policies compromises FNS and the living conditions of settled families. Agroecology, when combined with consistent public policies, is identified as a strategic approach to confronting food and nutrition insecurity (FNI). There is also a noted absence of psychological studies focused on rural contexts and FNS, indicating the need for greater involvement of this field with ruralities and food and nutrition security.

Keywords: food security; rural population; nutrition programs and policies; human right to adequate food; sustainable food system.

Resumen

Relaciones entre Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) y Consumo de Alimentos de Personas Asentadas de la Reforma Agraria: una Revisión Integradora. Los asentamientos de reforma agraria son logros clave para la reestructuración territorial y la construcción de alternativas agroecológicas y contrahegemónicas en Brasil, con potencial para mejorar la seguridad alimentaria y nutricional (SAN). Esta revisión integradora de la literatura producida en Brasil tiene como objetivo investigar la relación entre SAN y consumo alimentario en asentamientos rurales y reflexionar sobre elementos de la contribución de la psicología a esta cuestión. Los estudios muestran que las decisiones de producción, venta y autoconsumo están limitadas por vulnerabilidades y dependencia de empresas de insumos agrícolas transgénicos. La falta de políticas públicas efectivas compromete la SAN

y las oportunidades de vida de las personas asentadas. La agroecología, vinculada a políticas consistentes, emerge como crucial contra la inseguridad alimentaria (IAN). Se identifica, además, una brecha en investigaciones psicológicas sobre ruralidades y SAN, señalando la necesidad de que esta disciplina dialogue más con contextos rurales.

Palabras-clave: seguridad alimentaria; población rural; programas y políticas de nutrición y alimentación; derecho humano a una alimentación adecuada; sistema alimentario sostenible.

Introdução

O Brasil tem políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) capazes de oferecer possibilidades de enfrentamento à fome e à má nutrição. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan) que se efetiva em articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS) se destaca e tem como princípios: a alimentação como elemento de humanização das práticas de saúde; o respeito à diversidade e à cultura alimentar; o fortalecimento da autonomia dos indivíduos, a determinação social e a natureza interdisciplinar da alimentação e nutricional; e a segurança alimentar e nutricional com soberania (Brasil, 2013).

A Pnan compreende a SAN pelo acesso permanente e regular a alimentos com qualidade e quantidade suficiente sem que outras necessidades essenciais sejam comprometidas, com base em práticas alimentares que promovam saúde, que respeitem a diversidade cultural, e que sejam sustentáveis ambiental, social, econômica e culturalmente. A soberania alimentar está intrínseca a essa formulação por se tratar do direito e autonomia dos povos em decidir seu próprio sistema alimentar, de produzir alimentos de forma sustentável, saudável e culturalmente adequada, para além das exigências do mercado (Brasil, 2013).

Ainda que a SAN esteja presente em políticas públicas no país, os dados em relação à fome são preocupantes. Em 2020, a *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil* apontou que 36,7% da população brasileira encontrava-se em algum grau de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), sendo 35,1% da população urbana e 46,4% da população que vive em áreas rurais; destaca-se, nestas últimas, o fato de que 7,1% viviam em IAN grave, privação severa de consumo alimentar (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020).

Em estudo realizado em 2021 e 2022, no contexto da crise sanitária e econômica da pandemia de covid-19 e de desmonte das políticas públicas no Brasil, verificou-se o agravamento da situação. De acordo com o *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19* (II VIGISAN), 57,8% de domicílios urbanos apresentavam vivência da IAN em algum grau e, no contexto rural, 63,8% dos domicílios; nestes, a IAN grave estava presente em 18,6% de domicílios (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [Rede PENSSAN], 2022).

Esses dados sobre a alimentação e o consumo de alimentos estão intimamente ligados às questões agrárias. O Brasil tem como modelo agrícola hegemônico o agronegócio, que, impulsionado pela chamada Revolução Verde, resulta da agricultura moderna, intensiva, mecanizada, de larga escala, dependente de insumos químicos, pesticidas e transgênicos. Essas características fazem com que esse modelo seja necessariamente orientado para a monocultura e a produção de *commodities*, portanto, capitalizador dos meios de produção; no país, chega a ocupar 77% do solo agricultável (IBGE, 2017). Dentre os diversos problemas socioambientais, consequências dessa forma de produção, estão a compactação do solo, a perda da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas (Rosa, 2018; Silva & Tassara, 2014).

Nas tensões históricas sobre o processo de ocupação do território agricultável, de resistências socioeconômicas da colonização e exploração das terras, resiste a agricultura familiar, fundada em pequenos estabelecimentos agrícolas, cujas gestão da propriedade e produção de alimentos são realizadas pelos membros da própria família. Esse modelo é orientado por diversidade de cultivo, sustentabilidade e benefício às economias locais e regionais e ocupa apenas 23% das áreas agrícolas, embora produza a maioria dos alimentos consumidos cotidianamente por milhões de brasileiros (IBGE, 2017).

As lutas e os movimentos pela democratização da terra no Brasil alcançaram o reconhecimento da necessidade de reparação social por meios legais e jurídicos na Constituição Federal de 1988, com o Artigo 186 do Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária da Reforma Agrária. Nele, está postulada a necessidade de atenção aos componentes econômicos, ambientais e sociais para que a função social da terra seja cumprida e seja garantido o direito de propriedade; caso contrário, deve haver a desapropriação para a efetivação do

direito à propriedade e de reforma agrária (Brasil, 1988; Goulart, 2019). Porém, os movimentos sociais e sindicais no campo ainda encontram enormes desafios. Buscando tensionar o modelo fundiário hegemônico, ao posicionamento crítico à concentração fundiária, agregam os aspectos ambientais, a defesa pela produção sustentável e comunitária e a qualidade dos alimentos que chegam à mesa da população (Ronzani et al., 2021; Rosa, 2018).

Os assentamentos da reforma agrária, parte importante da concretização dos processos de reestruturação fundiária no Brasil, são territórios repletos de possibilidades de reprodução da vida coletiva e organizacional. Por meio do acesso à terra, almejam a produção de melhores condições de subsistência e geração de renda e de vida (Lopes & Carvalho, 2017). Com relações de trabalho, amizade, família, moradia, alimentação, educação e lazer, os assentamentos tornam-se *lôcus* em que identidades e processos de subjetivação são forjados na territorialização das lutas pela terra. Dessa forma, a conquista não é apenas da terra, é também de novas identidades e subjetividades (Lopes & Carvalho, 2017; Vasquez, 2019).

Apesar de tardar em se preocupar com as questões e as condições de vida das pessoas que vivem no campo, nas últimas décadas a psicologia tem buscado uma aproximação com os contextos rurais no Brasil e na América Latina (Silva & Macedo, 2017; Silva et al., 2021; Ronzani et al., 2021). Embora no país já existissem trabalhos em territórios rurais desde os anos 1970 (Lane, 2015), para alguns autores, a problemática passa a ser mais publicizada nos anos 2000, com eventos, publicações e redes de profissionais e pesquisadores (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2013).

Em revisão sistemática sobre a inserção da psicologia na temática das ruralidades no Brasil, Silva e Macedo (2017) destacam que há uma diversidade de estudos na última década, que ocorrem com a ampliação da atuação de psicólogos(as) e práticas profissionais em contextos rurais e com o aumento do número de assentamentos, progressivamente se tornando mais próximos e presentes na vida social. Para alguns autores, o tema das ruralidades tem ganhado maior relevância, seja pelo processo de interiorização da profissão (Moura Jr et al., 2019) seja pela consciência crítica de uma psicologia urbanocentrada.

No caso dos assentamentos rurais, a política de reforma agrária estabelecida na Constituição Federal de 1988, como um direito constitucional, colaborou com a

sustentação das lutas que culminaram, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e nos primeiros mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em algumas conquistas de assentamentos de reforma agrária, ampliando sua existência, mesmo que a reforma agrária não tenha sido de fato efetivada. No caso dos assentamentos rurais, essa presença, o surgimento dos novos movimentos sociais do campo (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]), as transformações subjetivas e organizativas em torno da vida sociocultural e econômica dos assentamentos, assim como as contradições implicadas na (não)efetivação da política de reforma agrária, também impulsionaram a pesquisa e a ação da psicologia nesses territórios (Cattelan et al., 2020).

Nos estudos da psicologia e das ruralidades, dentre os temas ainda pouco explorados, estão aqueles vinculados aos processos de subjetivação que acompanham as formas contra-hegemônicas de produção agropecuária e questões socioeconômicas e ambientais associadas à IAN (Rosa, 2018; Trivellato et al., 2019; Vasquez, 2019). A questão alimentar é essencial na vida de assentados e assentadas da reforma agrária, sendo chave para compreender processos de constituição de sujeitos nas tramas concretas do contexto sociopolítico, de vulnerabilidades e potencialidades presentes em assentamentos da reforma agrária. Esta pesquisa, situada no campo de uma psicologia interessada nessas tramas, defende que o tema não pode ser negligenciado pela área. Para além de compreender os impactos da fome na vida dos sujeitos, no caso dos assentamentos, investigar a SAN e a IAN é apontar para uma importante dimensão das materialidades que sustentam as possibilidades de ser e existir nesses territórios.

Com essa preocupação, aspirando compreender se há alguma inserção da Psicologia no tema, o estudo teve como objetivo investigar quais as relações apontadas na literatura científica produzida no Brasil entre a segurança alimentar e o consumo de alimentos de pessoas assentadas da reforma agrária. Objetivou-se também 1) mapear e caracterizar as produções acadêmicas; 2) identificar a relação estabelecida entre SAN e as formas de produção agrícola (convencional e agroecológica); e 3) levantar elementos por meio da revisão que possam colaborar com a reflexão sobre a contribuição da psicologia nos estudos da relação entre SAN e modos de produção agrícola em assentamentos da reforma agrária.

Percurso metodológico

Foi realizada uma revisão integrativa de literatura com o objetivo de sintetizar, analisar e discutir sobre a literatura disponível a respeito do tema deste estudo, cuja finalidade foi construir um corpo de conhecimento com base em diferentes pesquisas que possam contribuir para os cuidados em saúde. Foram definidos critérios de inclusão e exclusão e, após a triagem dos estudos, foi realizada a leitura, a organização e a análise crítica dos trabalhos. Esta pesquisa não é caracterizada como uma revisão sistemática de literatura por não haver uma escolha por estudos com metodologias similares, nem instrumentos que avaliam os artigos, assim como não é feita uma busca pela eficácia ou solução de um problema determinado (Alves et al., 2022; Mendes et al., 2008; Soares et al., 2010).

A busca foi feita por artigos revisados por pares, nos idiomas português, inglês e espanhol, abrangendo estudos realizados no Brasil e com acesso ao texto completo disponibilizado eletronicamente. Foram consultadas três bases internacionais (*Scopus*, *Web of Science* e *Psychinfo*) e três nacionais (Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), Scielo e Portal de Periódicos da Capes), utilizando-se como critérios para a escolha: relevância no cenário nacional e internacional; a abrangência dos periódicos publicados; e disponibilidade e acesso dos conteúdos. A busca dos artigos utilizou a *Virtual Private Network* (VPN) da Universidade de São Paulo (USP), o que permitiu acessar bases de dados restritos. A busca foi realizada com a maior amplitude de índices possível em cada base para abranger o maior número de artigos. Não foram utilizados filtros de data de publicação.

A construção da expressão de busca foi padronizada para todas as bases e feita com diversas variações de palavras-chave em português, inglês e espanhol, respeitando o limite de 50 campos estabelecido pela *Web of Science* e sem acentuação. Desse modo, foram escolhidas três temáticas de busca (alimentação; contexto rural; população), com um conjunto de palavras-chave e/ou descritores a elas associadas, resultando em uma expressão de busca única para todas as bases, com 50 palavras-chave. As variações das palavras-chave utilizadas na expressão de busca a partir das três temáticas foram: Consumo, Alimento, Alimentar, Alimentação, Comida, Alimentacion, Alimentaria, Food, "Segurança alimentar e nutricional", "Segurança alimentar", "Inocuidad de los alimentos", "Food security", Nutrição, Nutricional, Nutricion, Nutrition; Assentamento, "Assentamento rural", "Assentamientos rurales",

"Asentamiento rural", "Asentamientos rurales", "Rural settlement", "Reforma agrária", "Reforma agrícola", "Agrarian reform", "Land reform", "Movimentos dos trabalhadores rurais sem terra", "Movimiento de los trabajadores rurales sin tierra"; "Produtor rural", "Produtores rurais", "Productor rural", "Productores rurales", Assentado, Camponês, Campesino, Peasant, Ganjero, Agricultor, "Trabalhador rural", "Trabalhadores rurais", "Trabajador rural", "Trabajadores rurales", "Rural worker".

Foram obtidas as seguintes quantidades de artigos: BVS – 249 resultados; Scielo – 20; *Web of Science* – 28; *Scopus* – 35; *Psychinfo* – 7; Portal de Periódicos Capes – 544. A totalidade dos 883 artigos foi inserida no *software* Rayyan. Com base na análise do *software*, foram retirados os artigos duplicados, totalizando 732 artigos. Em seguida, foi feita a leitura do título e resumo de todos estes artigos por meio da metodologia de juízes independentes, efetivada por duas autoras deste artigo, com base nos critérios de inclusão e de exclusão previamente estabelecidos.

Os critérios de inclusão foram: pesquisas teóricas ou empíricas; a temática da alimentação deveria estar presente nos objetivos e ser abordada como consumo e/ou SAN nos resultados e na discussão. Foram excluídos textos que não estavam em formato de artigo, como teses, dissertações e resumos publicados em anais; estudos relacionados ao solo, fauna e flora; estudos restritos à produção de alimentos, que não abrangiam o consumo; estudos sobre acampamentos ou ocupações com fins de reforma agrária; sem relação com a temática.

Após a finalização da leitura pelas duas juízas, foram identificados 10 artigos em conflito (uma optou por incluir e outra por excluir) e 46 artigos que pelo menos uma das juízas ficou em dúvida na classificação. Foi realizada uma reunião para a leitura conjunta dos títulos e resumos dos 56 artigos sem concordância, chegando aos resultados finais das buscas, com 29 artigos incluídos, restando ainda 17 com dúvidas. Dos 17 artigos em dúvida, a terceira autora atuou como árbitra, realizando a leitura dos títulos e resumos. Após essa avaliação, 14 artigos foram excluídos e 3 foram incluídos. Ao final do processo, 32 artigos compuseram a revisão.

Os dados foram tratados de modo a identificar eixos de discussão e problematização trazidos nos artigos. Foi realizada uma caracterização geral da produção e, em seguida, a análise em três eixos: Modo de Produção Hegemônico e a produção de IAN; SAN e IAN na produção de alimentos para autoconsumo e consumo de ultraprocessados; Agroecologia e políticas públicas em assentamentos da reforma agrária.

Resultados

Caracterização geral das produções

De acordo com o ano de publicação, 2011 e 2020 foram aqueles com maior número, sendo cinco artigos publicados em cada ano, seguidos pelo ano 2017, quando foram publicados quatro artigos. Quanto às principais áreas produtoras dos estudos, destacam-se Nutrição, com 28,1% (n=9); Agronomia, com 12,5% (n=4); Ciências Ambientais, com 6,3% (n=2). Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal e Geografia tiveram o mesmo número de artigos publicados, um para cada área de estudo. Não foram identificados estudos da área da Psicologia.

Sobre os instrumentos para coleta de dados, a maioria dos estudos recorreu a mais de um tipo, sendo utilizados: entrevistas (n=18); questionários para obtenção de dados socioeconômicos e sociodemográficos (n=18); aferição de medidas antropométricas e recordatórios alimentares (n=7); observação (n=6); Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) (n=4); fotografias (n=3); diário de campo (n=3); Índice UFSCar de Segurança Alimentar (n=2); passeio dirigido (n=2); capacitações (n=2); Inventário de área (n=1); marcadores de consumo alimentar (n=1). Em relação à localização dos assentamentos rurais em que as pesquisas foram realizadas, quando consideramos os estudos empíricos (n=30), o Nordeste é a região com maior destaque, com 36,7% (n=11), seguida do Norte, com 23,3% (n=7), do Sul 20% (n=6), do Sudeste 13,3% (n=4) e do Centro-Oeste 6,7% (n=2).

Quanto ao vínculo institucional dos autores e das autoras, foram encontradas 33 Instituições de Ensino Superior (IES), a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), o MST e uma empresa privada. Entre as instituições com mais artigos publicados, encontra-se a Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Universidade de São Carlos (UFSCar) e a EMBRAPA, cada uma com quatro artigos publicados. Em seguida, com três artigos publicados para cada instituição, estão a Universidade Federal do Pará (Ufpa), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa). Já a Universidade de Araraquara (Uniar), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) tiveram dois artigos publicados cada. Destaca-se que a Uniar é a única instituição particular entre as universidades com mais de um artigo publicado.

Os artigos foram publicados em 21 revistas científicas diferentes, sendo uma com nome em inglês,

da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos, a *Food Science and Technology* (n=1). As revistas com mais de um artigo publicado foram: Revista Agroecossistema (n=3); Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (n=3); Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Nera (n=2); Revista de Economia e Sociologia Rural (n=2); Revista Segurança Alimentar e Profissional (n=2); Revista Ciência & Saúde Coletiva (n=2).

Discussão

Modo de Produção Hegemônico e a produção de IAN

Os estudos demonstram que a SAN é prejudicada quando as pessoas em assentamentos produzem de forma convencional e hegemônica, uma vez que as condições de produção estão sob controle das empresas e os agricultores e agricultoras são submetidos à lógica de produção agroindustrial, ocasionando a perda de autonomia da produção. Os autores apontam que a dependência do modo de produção hegemônico circunscreve as possibilidades de SAN nos assentamentos. Os produtores e produtoras ficam dependentes de insumos químicos e agrotóxicos, o que interfere na escolha do que, como e onde plantar, além das dificuldades da comercialização dos alimentos produzidos, de perdas e distanciamento dos saberes de conhecimentos voltados à produção de alimentos (Gavioli & Costa, 2011; Guedes & Martins, 2011; Silva et al., 2020).

Guedes & Martins (2011) e Gavioli & Costa (2011) exploram como essa dependência gera fragilidades socioeconômicas nos territórios dos assentamentos rurais – tidas como oportunidades para as empresas – e permeia não apenas as técnicas e os equipamentos para plantio e colheita, mas fundamentalmente a compra de sementes, o que dificulta e/ou inviabiliza a constituição de um banco com sementes não transgênicas ou crioulas. Esses aspectos afetam drasticamente a autonomia alimentar e a estabilidade econômica das famílias.

Os autores ainda discutem como, nesse contexto de dependência, grande parte dos produtores e produtoras são capturados pela monocultura e pecuária, causando a redução de área de produção de culturas destinadas à alimentação para consumo próprio (Almeida & Gama, 2014; Lima, 2014; Nascimento & Thies, 2020; Silva et al., 2020; Terra & Ferreira, 2020).

Outras problemáticas apontadas pelos estudos, resultantes da presença e do domínio do modelo de produção convencional hegemônica nos

assentamentos da reforma agrária, com impactos negativos para a SAN das pessoas assentadas são: limitações e dificuldades na produção e nas possibilidades de consumo e aquisição de alimentos (Lang, Almeida & Taddei, 2011; Silva & Costabeber, 2014); comprometimento da soberania alimentar por perda e distanciamento dos saberes e conhecimentos voltados à produção de alimentos, além de redução das redes de solidariedade alimentar e das trocas de alimentos (Lima, 2014; Silva & Costabeber, 2014; Souza-Esquerdo et al., 2013); necessidade de outras fontes de renda pelos agricultores e agricultoras, e dependência de políticas públicas (Almeida et al., 2017; Lang et al., 2011; Prazeres et al., 2022; Santos-Júnior et al., 2017; Souza-Esquerdo et al., 2013; Terra & Ferreira, 2020; Vieira et al., 2011).

Por último, cabe mencionar que a literatura levantada aponta ainda impactos na saúde de trabalhadores rurais e da sociedade em geral, em virtude da perda da agricultura diversificada. Isso se dá devido ao uso de agrotóxicos que a monocultura exige, gerando consequências ambientais que incluem o surgimento de doenças e a morte de trabalhadores rurais (Lima, 2014; Prazeres et al., 2022). O uso do agrotóxico foi destacado como presente nos assentamentos, em especial nas plantações destinadas à comercialização, em que havia o cultivo de monoculturas (Busato et al., 2011; Almeida et al., 2017; Carvalho et al., 2020).

A ausência de estudos pela Psicologia chamou a atenção. A não produção na área indica, na melhor das hipóteses, que outros temas estão sendo privilegiados; de modo mais preocupante, revela um possível silenciamento da psicologia brasileira ao tema da SAN de modo geral. Se considerarmos que estudos internacionais e nacionais (Freitas et al., 2023; Pourmotabbed et al., 2020) têm indicado uma forte relação entre IAN e saúde mental, haveríamos que nos perguntar se o próprio interesse pela problemática é interno ou externo à área da psicologia, sendo mobilizado e impulsionado, talvez, por outros atores e disciplinas.

SAN e IAN na produção de alimentos para autoconsumo e o consumo de ultraprocessados

A situação de IAN de pessoas assentadas é permeada por aspectos como condições de moradia, renda

familiar, escolaridade, condições climáticas, infraestrutura dos assentamentos rurais, tamanho do lote, inexistência de políticas públicas ou dificuldade de acesso a serviços e outros condicionantes de saúde. Esses fatores socioeconômicos se associam na configuração de situação de IAN leve e moderada, sendo apontados alguns casos de IAN grave e estado de transição nutricional (Almeida et al., 2018; Arruda et al., 2021; Dobe et al., 2021; Mendes-Netto et al., 2018; Prazeres et al., 2022; Vieira et al., 2011).

Alguns autores apontam um aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade entre todas as faixas etárias por meio de uma relação direta com a redução do consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados e o aumento do consumo de alimentos processados e/ou ultraprocessados (Brasil, 2014; Almeida et al., 2017). No assentamento pesquisado por Santos-Júnior et al. (2017), mais de 90% dos alimentos consumidos pelas pessoas assentadas eram comprados em redes de supermercado. O estudo de Portal et al. (2016) verificou que 63,2% dos participantes adquiriam alimentos também dessa forma e houve uma forte presença de alimentos ricos em carboidratos, principalmente arroz, macarrão, pães, biscoitos e tapioca. No estudo de Vieira et al. (2011), foi apontado um baixo consumo de frutas e hortaliças entre as crianças e os adolescentes e elevado consumo de alimentos industrializados e açúcares.

Ao contrário, nos estudos de Almeida et al. (2018), Soares et al. (2018) e Nascimento e Thies (2020), a maioria das famílias assentadas mantém a produção de alimentos e a criação de animais para autoconsumo e comercialização de excedentes. A relação entre a produção de alimentos para consumo familiar e a melhoria dos casos de IAN pode ser verificada também no estudo de Busato et al. (2011) e de Lang et al. (2011), em todas as famílias que produziam alimentos e criação de animais para autoconsumo não foram encontrados casos de IAN moderada e grave. Chama a atenção que no estudo de Busato et al. (2011) e Souza-Esquerdo et al. (2013), que investigaram práticas agroecológicas em assentamentos da reforma agrária, a maioria das pessoas assentadas encontrava-se em situação de SAN e não foram identificados casos de IAN grave, nem foram relatadas situações concretas de medo ou receio de privação ou redução na qualidade e quantidade de alimentos para as famílias assentadas.

Algumas das características apresentadas nos estudos como presentes nos casos de manutenção

da produção de alimentos para autoconsumo estão relacionadas: à diminuição dos gastos com aquisição de alimentos, maior disponibilidade em quantidade, qualidade e variedade e permanência nos lotes (Pereira et al., 2010; Silva & Costabeber, 2014; Soares et al., 2018); ao papel central da mulher na luta, no cuidado e na permanência nos lotes, verificando-se sua importância na organização da comunidade e no incentivo à produção agroecológica (Arruda et al., 2021; Silva & Costabeber, 2014; Dobe et al., 2021; Guedes & Martins, 2011); às políticas públicas que envolvem programas de transferência de renda, compra e doação de alimentos para assentamentos rurais da reforma agrária (Almeida et al., 2018; Dobe et al., 2021; Pereira et al., 2010), com centralidade para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que garante melhores condições de SAN quando acessado; ao conhecimento produtivo e saberes repassados entre as gerações (Silva & Costabeber, 2014); à possibilidade de troca de alimentos e a venda de excedentes às próprias pessoas assentadas, em redes de sociabilidade que favorecem a SAN (Bellé et al., 2023; Gavioli & Costa, 2011).

Agroecologia e políticas públicas em assentamentos da reforma agrária

Dois aspectos aparecem como cruciais para o enfrentamento da IAN e do incremento da SAN nos assentamentos da reforma agrária nos estudos: a produção agroecológica e o acesso a políticas públicas para a produção nos assentamentos. A conjunção desses aspectos potencializa as possibilidades de garantia da SAN.

A agroecologia é uma forma de promoção de agriculturas sustentáveis na produção de alimentos com alicerces científicos, que diz respeito a relações econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais e éticas da sustentabilidade (Caporal & Costabeber, 2004). Os estudos encontrados discutem que as práticas agroecológicas de produção de alimentos saudáveis têm sido adotadas em assentamentos rurais como forma de reafirmar o papel e a função socioambiental da reforma agrária, caminhando junto ao debate da SAN e à promoção de saúde em assentamentos rurais. A agroecologia entra nessa discussão como alternativa política, como uma forma de alimentação saudável e como geração de renda (Guedes & Martins, 2011; Lima, 2014). Por outro lado, os estudos chamam a atenção do comprometimento da SAN quando as práticas para a produção do autoconsumo não são agroecológicas.

As formas de produção agroflorestais mais frequentes nos artigos, quando especificadas, foram os Quintais Agroflorestais (QAFs) e a Mandala. Os autores discutem que as formas de produção agroecológicas aumentam a garantia de SAN das famílias assentadas devido à biodiversidade e à produção de cultivos alimentícios, além da comercialização dos excedentes como fonte de renda. Com a implantação agroecológica, o consumo de alimentos industrializados pode ser substituído por alimentos produzidos no lote. Assim, a agroecologia possibilita mudanças positivas para a qualidade de vida das pessoas assentadas, para as dinâmicas familiares e para as práticas coletivas em assentamentos rurais (Dobe et al., 2021; Guimarães et al., 2019; Miranda et al., 2012; Oliveira & Sampaio, 2017; Pereira et al., 2010).

Portanto, em contraste com o modelo hegemônico de produção agrícola, a produção por meio da agroecologia aparece, na revisão bibliográfica, como uma alternativa sustentável, que resgata saberes tradicionais, valoriza a biodiversidade de cada localidade e incentiva a produção para autoconsumo, com a comercialização de excedentes. Segundo os estudos, essa abordagem contribui para a SAN e para a soberania alimentar, melhora a qualidade de vida das pessoas assentadas e fortalece redes de solidariedade alimentar, mostrando assim seu potencial para mitigar as vulnerabilidades enfrentadas por essas comunidades.

Sobre os programas e políticas públicas, o apoio da extensão rural, a assistência técnica e o crédito rural são imprescindíveis para a efetivação da agricultura familiar. Dentre as políticas federais mais relevantes discutidas nos artigos estão o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Bolsa Família (PBF), a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). As instituições de destaque nesse cenário estão a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Essas políticas públicas e instituições são importantes para a compra da produção dos assentamentos para abastecer diferentes instituições, para facilitar o acesso à alimentação e para intervenções sociais na área da educação e da saúde, além da aquisição de sementes e mudas para os produtores e produtoras. Existem políticas públicas estaduais e municipais que

também são discutidas nos artigos, mas não são citadas aqui pela especificidade e multiplicidade, já que foram pesquisas realizadas em diferentes regiões, estados e municípios com demandas, contextos e necessidades diferentes (Arruda et al., 2021; Busato et al., 2011; Mendes-Netto et al., 2018; Silva et al., 2020). O importante é frisar que a existência delas, em colaboração e complementação às políticas federais, compõe um arcabouço necessário para a estruturação de condições de produção nos assentamentos.

As políticas voltadas para amenizar a fome e assegurar uma boa alimentação nos assentamentos são discutidas nos artigos como fundamentais para, em conjunto com outras políticas, erradicar a pobreza, garantir o acesso a direitos básicos e à SAN. Eles também discutem como a reforma agrária é uma política que pode ser estruturante na proposição de transformação do campo e da sociedade (Arruda et al., 2021; Lima, 2014; Prazeres et al., 2022; Santos-Júnior et al., 2017; Souza-Esquerdo et al., 2013; Vieira et al., 2011). Nesse contexto, os autores defendem que as políticas para a produção nos assentamentos sejam pautadas em princípios e práticas agroecológicas, devido às mudanças positivas na dinâmica familiar e na SAN nos assentamentos. Liberações de linhas de crédito, fomento às mulheres produtoras, acompanhamento e disponibilidade técnica, cursos e oficinas de capacitação e reuniões com representantes governamentais são recursos recomendados, que ampliam as possibilidades dos produtores e produtoras para a agroecologia, constroem redes de comunicação e de trocas de saberes e a redução da dependência de agroindústrias e do agronegócio (Carvalho et al., 2020; Dobe et al., 2021; Guimarães et al., 2019; Nascimento & Thies, 2020).

Porém, há críticas relacionadas ao acesso e ao alcance da assistência técnica, da extensão rural e do crédito rural, que apontam a ausência dessas políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Nos estudos, são poucos os assentamentos rurais assistidos por esses recursos e as pessoas assentadas nem sempre recebem formação e conhecimento sobre as principais políticas públicas (Guimarães et al., 2019; Nascimento & Thies, 2020; Almeida et al., 2018; Silva et al., 2020).

Considerações finais

Esta pesquisa buscou apresentar o que a literatura acadêmica produzida no Brasil discute sobre a alimentação das pessoas assentadas da reforma agrária. Com base nos dados da revisão, é possível compreender

alguns dos condicionantes que podem contribuir ou prejudicar as escolhas alimentares e de produção de alimentos, especialmente ao considerar as políticas públicas e as condições socioeconômicas dos assentamentos rurais. O debate sobre a SAN nesses territórios é fundamental para a reafirmação das políticas públicas voltadas para a agroecologia e a reforma agrária no Brasil, assim como para a constituição dos sujeitos nesses territórios, tema de fundamental interesse da psicologia.

A literatura levantada apresenta um conjunto de contradições presentes na efetivação do direito à autonomia e à alimentação saudável das populações assentadas da reforma agrária. Paradoxalmente, nos lugares ocupados pela agricultura familiar, nem sempre se consegue romper com os ciclos de produção da IAN. Os estudos apontaram para a situação de IAN nos assentamentos dependentes das grandes empresas, com base no modelo da agricultura convencional hegemônica e no monocultivo, com finalidade exclusiva de comercialização. Essa situação, para além de implicações socioeconômicas e socioambientais, compromete a produção de alimentos para autoconsumo e, consequentemente, a SAN, agravando processos de vulnerabilização das condições de vida e de saúde, inclusive com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. As pesquisas mostraram também que, quando as pessoas assentadas produzem alimentos para o autoconsumo com comercialização dos excedentes, em especial por meio de propostas agroecológicas, os índices de IAN são reduzidos. A diversidade dos produtos alimentícios tem efeitos positivos na qualidade da alimentação e na saúde. Com a transição e implantação agroecológica, o consumo de alimentos industrializados pode ser substituído por alimentos produzidos no lote.

Todos os estudos apontam o papel dos poderes públicos como fundamental, visto que, quando as políticas públicas de desenvolvimento rural estão ausentes, há impactos diretos na IAN nos assentamentos. Quando estão presentes, é garantida maior SAN, em especial quando as políticas públicas são de matriz agroecológica. A luta pela agroecologia e o acesso a políticas públicas é uma luta contra políticas e dinâmicas sociais que cerceiam e ameaçam a vida nos territórios rurais. É uma luta pela reforma agrária, pela produção de alimentos saudáveis e soberania alimentar; e contra o agronegócio e a concentração fundiária.

Durante a busca dos textos para compor este estudo, houve expectativa por parte das autoras de encontrar artigos da psicologia ou com articulações

interdisciplinares com o campo, o que não aconteceu. A ausência desses estudos demonstra o distanciamento da psicologia com as ruralidades e os assentamentos de reforma agrária, apesar dos avanços recentes. A inserção da psicologia como ciência e profissão é imprescindível nesses territórios marcados historicamente por disputas e violação de direitos. São lugares de reprodução da vida, produção de sentidos e significados individuais e coletivos e organização social. E a problemática do acesso, da quantidade e da qualidade nutricional dos alimentos compõem o conjunto de condicionantes das condições objetivas e subjetivas de assentados e assentadas da reforma agrária.

Espera-se que essa pesquisa sensibilize investigações futuras na Psicologia e outras áreas interdisciplinares, como para explorações sobre as implicações subjetivas das vivências da fome, da IAN e intersecções com a SAN nos assentamentos rurais e outras tipologias de rural. Esse tema pode compor o conjunto de problemáticas que atualmente buscam construir uma psicologia que se interessa pela concretude das condições de vida de populações que produzem suas existências *nas e a partir das* ruralidades.

A temática tem relevância social e se destaca por sua atualidade, pois integra debates públicos e científicos de grande importância em todo o mundo, clamando todas as áreas de conhecimento para seu enfrentamento. Requisitar a presença da psicologia não significa negar o caráter necessariamente interdisciplinar do problema da IAN. Ao contrário, é um convite para que se assuma seu compromisso com o tema, de maneira dialógica, considerando que questões socioambientais e socioeconômicas permeiam e constituem os processos de subjetivação. Esperamos que o artigo possa fomentar e ampliar os interesses da psicologia e de sua atuação no campo das ruralidades. Espera-se, com isso, que se assumam seu papel social, crítico e político nas discussões sobre IAN e suas relações com as formas hegemônicas de produção da vida e suas alternativas emancipadoras, empreendidas pelo movimento em torno de políticas que beneficiam agriculturas comprometidas com modelos familiares e agroecológicos.

Referências

Almeida, J. A., Santos, A. S., Nascimento, M. A. O., Oliveira, J. V. C., Silva, D. G., & Mendes-Netto, R. S. (2017). Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. *Revista*

Ciência & Saúde Coletiva, 22(2), 479-488. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.27102015>

Almeida, L. M. M. C., Pugliesi, L., Ferrante, V. L. S. B., Cardozo, D. R. & Paulillo, L. F. O. (2018). Índice “UFSCar” de efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. *Revista Gestão & Produção*, 25(3), 500-512. <https://doi.org/10.1590/0104-530X4513-18>

Almeida, L. S. & Gama, J. R. V. (2014). Quintais agroflorestais: estrutura, composição florística e aspectos socioambientais em área de assentamento rural na Amazônia brasileira. *Ciência Florestal*, 24(4), 141-1053. <https://doi.org/10.1590/1980-509820142404023>

Alves, M. R., Rodrigues, V. D., Soares, W. D., & Monteiro Júnior, R. S. (2022). Revisão de literatura e suas diferentes características. In L. A. C. Finelli, & W. D. Soares (Orgs.), *Revisão Bibliográfica: o uso da metodologia para a produção de textos* (pp. 46-53). Científica Digital.

Arruda, T. P., Almeida, L. M. M. C., Cardozo, D. R., & Ferrante, V. L. S. B. (2021). Entraves e soluções da comercialização: resultados do Método Índice UFSCar para o PDS/Assentamento Santa Helena, São Carlos/SP/Brasil. Perspectivas em Diálogo: *Revista de Educação e Sociedade*, 8(18), 214-229. <https://doi.org/10.55028/pdres.v8i18.14645>

Bellé A. R., Neumann P. S., & Zarnott A. V. (2023). As doações e transferências de alimentos: práticas socioeconômicas em assentamentos do RS. *Grifos: Dossiês temáticos*, 32(60), 1-20. <https://doi.org/10.22295/grifos.v32i60.7328>

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

Brasil. (2013). *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf

Brasil. (2014). *Guia Alimentar para a população brasileira* (2a ed). Ministério da Saúde. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view

Busato, M. A., Gallina, L. S., Dreyer, D. C., Quadros, J. C., Lavratti, E., & Teo, C. R. P. A. (2011). Segurança alimentar e nutricional e as condições do ambiente em assentamento de Santa Catarina. *Alimentos e Nutrição*, 22(4), 555-559.

Caporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. MDA/SAF/DATER-IICA.

Carvalho, E. S., Fernandes, J. S., Conceição-Júnior, V., Farias, G. C., Santos, M. A., Fiuza, D. A., Ganem, E. L. O. & Soares, B. D. F. (2020). Incentivo à produção agroecológica em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD). *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 11(3), 339-347. <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2020v11i3.11432>

Cattelan, R., Moraes, M. L., & Rossoni, R. A. (2020). A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). *Revista Nera*, 55(23), 138-164. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i55.6907>

Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em questões relativas à terra*. CFP.

Dobe, E. K., Chagas, T. P., & Nogueira, F. C. B. (2021). Avaliação de um sistema agroalimentar no semiárido brasileiro: um olhar econômico-ecológico.

- Revista Agroecossistemas*, 12(2), 1-9. <http://dx.doi.org/10.18542/ragros.v12i2.8605>
- Freitas, R. A., Pereira, L. C. O., Abreu, H. M. B. F., Travassos, L. M. M., Suassuna, M. A. F. M., Magalhães, M. I. S., Freitas, F. Y. S., & Paulino, B. C. (2023). Aspectos da saúde mental de mulheres frente à condição de pobreza de um distrito da mesorregião cearense. *Revista Foco*, 16(10), 1-19.
- Gavioli, F. R., & Costa, M. B. B. (2011). As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). *Revista RESR*, 49(2), 449-472. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032011000200008>
- Goulart, M. P. (2019). *Elementos para uma teoria geral do ministério público*. Editora D'Plácido.
- Guedes, Z. M., & Martins, J. C. V. (2011). Agroecologia e gênero: perspectiva socioambiental no assentamento Mulunguzinho em Mossoró – RN. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 6(1), 66-76.
- Guimarães, T., T. D., Barasuol, A. & Gonçalves, J. R. (2019). Quintais sustentáveis e segurança alimentar: um estudo de caso em assentamentos da reforma agrária no município de Canguçu – RS. *Revista IDEAS*, 13(1), 1-28. <https://revistaideas.ufrjr.br/ojs/index.php/ideias/article/view/240>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censo Agropecuário*. IBGE. https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Análise da segurança alimentar no Brasil*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>
- Lane, S. T. M. (2015). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Vozes.
- Lang, R. M. F., Almeida, C. C. B., & Taddei, J. A. A. C. (2011). Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais sem terra. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3111-3118. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800011>
- Lima, A. L. F. (2014). A importância da soberania alimentar para a promoção da saúde nos assentamentos da reforma agrária. *Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, 10(18), 273-281. <https://doi.org/10.14393/Hygeia1027001>
- Lopes, L. G. R., & Carvalho, D. B. (2017). Juventude Assentada e a Identidade Vinculada com a Terra. *Psicologia & Sociedade*, 29(1), 1-10. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i159034>
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 17(4), 758-764. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Mendes-Netto, R. S., Almeida, J. A., Oliveira, J. V. C., Amorim, L. O.; Silva, D. G., & Santos, A. S. (2018). Excesso de peso, fatores socioeconômicos e dietéticos em assentamentos rurais. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 25(1), 1-12. <https://doi.org/10.20396/san.v25i1.8650000>
- Miranda, R. S., Nunes, J. S., Oliveira, I. K. S., Mororó, D. L., & Maneschy, R. Q. (2012). Quintais agroflorestais como estratégia alimentar familiar no assentamento 26 de Março, Marabá, Pará. *Revista Agroecossistemas*, 4(1), 68-80. <http://dx.doi.org/10.18542/ragros.v4i1.1051>
- Moura Jr. J. F., Barbosa, V. N. M., Martins, C. M. S. S., & Bomfim, Z. A. C. (2019). Psicologia e contextos rurais no Brasil: interlocuções com a psicologia comunitária. *Revista Interamericana de Psicología / Interamerican Journal of Psychology*, 53(2), 140-154. <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v53i2.1054>
- Nascimento, V. S., & Thies, V. F. (2020). Produção para autoconsumo e compra de alimentos no sul da Bahia: o caso do Assentamento Bom Jesus. *Revista Extensão Rural*, 27(3), 65-83. <https://doi.org/10.5902/2318179647100>
- Oliveira, A. M., & Sampaio, A. J. M. (2017). Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária. *Revista NERA*, 37, 154-168. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i37.4989>
- Pereira, C. N., Maneschy, R. Q., Oliveira, P. D., & Oliveira, I. K. S. (2010). Caracterização de quintais agroflorestais no projeto de assentamento Belo Horizonte I, São Domingos do Araguaia, Pará. *Revista Agroecossistemas*, 2(1), 73-81. <http://dx.doi.org/10.18542/ragros.v2i1.1225>
- Portal, R. D., Lima, S. C. G., & Joele, M. R. S. P. (2016). Food access and consumption in a rural settlement in Castanhal, PA, Brazil. *Food Science and Technology*, 36(1), 19-22. <https://doi.org/10.1590/1678-457X.0044>
- Pourmotabbed, A., Moradi, S., Babaei, A., Ghavami, A., Mohammadi, H., Lili, C., Symonds, M. E., & Miraghajani, M. (2020). Food insecurity and mental health: a systematic review and meta-analysis. *Public Health Nutrition*, 23(10), 1778-1790. <https://doi.org/10.1017/S136898001900435X>
- Prazeres, H. L., Vieira, F. S. T., Seabra, C. V., & Almada, M. O. R. V. (2022). Estado nutricional e consumo alimentar de produtores rurais em um assentamento de Minas Gerais. *Journal Health NPEPS*, 7(1), 1-17. <http://dx.doi.org/10.30681/252610106308>
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. (2022). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN. <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>
- Ronzani, T. M., Quintão, E. C., Mendes, K. T., Guilherme, T. G., Afonso, J. B., Oliveira, C. P., & Leite, J. F. (2021). A Psicologia Chega ao Campo: Revisão Sistemática de Contextos Rurais Latino-americanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(1), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221801>
- Rosa, M. P. (2018). Os sentidos do trabalho camponês na produção do tabaco e na agroecologia: possibilidades de transformação e resistência. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional da USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-04072018-174547/pt-br.php>
- Santos-Júnior, C. F., Sá, T. D. A., Porro, N. S. M., & Porro, R. (2017). Segurança alimentar em assentamentos com ênfase ambiental: um estudo de caso do PDS Virola, Jatobá, Transamazônica, Pará, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, 8(1), 54-66. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/159679/1/21598-76280-1-PB.pdf>
- Silva, A. K., Cristo, C. C. N., Medeiros, M. S., Costa, J. H. Q., Albuquerque, C. F., & Silva, J. M. (2020). Reforma Agrária e processos produtivos no assentamento Canafistula, Jacuípe, AL. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 9(1), 88-105. <https://doi.org/10.46802/rmsde.v9i1.245041>
- Silva, T. P., & Costabeber, J. A. (2014). A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma

- agrária Santa Rita e Sepé Tiarajú, município de Capão do Cipó (RS). *Revista NERA*, 23, 131-149. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i23.2076>
- Silva, K. B., Leite, J. F., Ronzani, T. M., Dias, R. T., & Silva, R. B. P. (2021). Concepções de rural na Psicologia latino-americana: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Interamericana de Psicologia/ Interamerican Journal of Psychology*, 55(3), 1-20. <https://doi.org/10.30849/ripij.v55i3.1521>
- Silva, A. P. S., & Tassara, E. T. O. (2014). Sistemas Agroflorestais: Ressignificação de Vivências em Assentamento Rural Periurbano. *Psico*, 45(3), 328-339. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.3.17347>
- Silva, K. B., & Macedo, J. M. (2017). Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 815-830. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002982016>
- Soares, C. B., Silva, M. F., Martins, J. M. dos S., & Silva, M. C. (2010). Revisão integrativa versus revisão sistemática. *REME – Revista Mineira de Enfermagem*, 8(1), 9-11. <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20140001>
- Soares, K. R., Ferreira, E. E. S., Seabra, S. J., & Neves, S. M. A. S. (2018). Extrativismo e produção de alimentos como estratégia de reprodução de agricultores familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56(4), 645-662. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560406>
- Souza-Esquerdo V. F., Bergamasco, S. M. P., Oliveira J. T. A., & Oliveira, E. S. (2013). Segurança alimentar e nutricional de qualidade de vida em assentamentos rurais. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 20(1), 13-23.
- Terra, S. B., & Ferreira, B. P. (2020). Conhecimento de plantas alimentícias não convencionais em assentamentos rurais. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 15(2), 221-228. <https://doi.org/10.18378/rvads.v15i2.7572>
- Trivellato, P. T., Morais, D. C., Lopes, S. O., Miguel, E. S., Franceschini, S. C. C., & Priore, S. E. (2019). Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. *Ciência e Saúde Coletiva*, 24(3). <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.05352017>
- Vasquez, G. C. F. (2019). A Psicologia na Área Rural: Os Assentamentos da Reforma Agrária e as Mulheres Assentadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 856-867. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400015>
- Vieira, D. A. S., Costa, D., Costa, J. O., Curado, F. F., & Mendes-Netto, R. S. (2011). Características socioeconômicas e estado nutricional de crianças e adolescentes de assentamentos rurais de Pacatuba, Sergipe. *Nutrire*, 36(1), 49-69.

Paula Neves Tannous Dib, Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), é Doutoranda em Psicologia na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: paula.dib@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2346-0275>

Eline Prado Santos Feitosa, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), é Doutoranda em Psicologia na Universidade de São Paulo (USP) e Professora da Faculdade Amadeus (FAMA). E-mail: elinefeitosa@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5772-987X>

Ana Paula Soares da Silva, Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), é Professora Associada II da Universidade de São Paulo (USP). Endereço para correspondência: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Departamento de Psicologia – Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas – LAPSAPE, Sala 27 – Av. Bandeirantes, 3900, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto, SP. CEP: 14040-901. Telefone: +55 16 33153659. E-mail: apsoares.silva@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0212-2402>

Recebido em 07.ago.24
Revisado em 11.jun.25
Aceito em 20.out.25